



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Gabinete da Presidência  
GPR

Ofício 287 /GPR

Brasília-DF, 1º de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Federal **ARTHUR LIRA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília-DF

Assunto: **Encaminha Anteprojeto de Lei.**

PL. 709/2021

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação do Congresso Nacional, anteprojeto de lei que **transforma cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e altera a redação do caput do Art. 2º da Lei 13.049, de 2 de dezembro de 2014**, nos termos do art. 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>.

2. Ressalto, por oportuno, que o presente projeto de lei se encontra em perfeita harmonia com a essência da Emenda Constitucional 95/2016 e com o princípio da economicidade, além de estar totalmente alinhado com os preceitos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigente (Lei 14.116/2020), visto que tão somente transforma cargos, não representando qualquer aumento de despesa.

3. Por fim, enfatizo que não é necessária a emissão de parecer do Conselho Nacional de Justiça, porquanto a referida proposição legislativa, como mencionado anteriormente, não envolve aumento de despesa e impacto orçamentário, a teor do previsto no artigo 109, inciso V, da Lei 14.116/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021<sup>2</sup> e conforme certidões anexas.

Atenciosamente,

Desembargador **ROMÉU GONZAGA NEIVA**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

[1]Art. 96. Compete privativamente: II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169: (...) b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

[2]Art. 109. As proposições legislativas relacionadas ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhadas de: (...) V - parecer ou comprovação do Conselho Nacional de Justiça, de que trata o art. 103- B da Constituição, de solicitação sobre o cumprimento dos requisitos previstos neste artigo, quando se tratar de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário.